

BRVIAS HOLDING VRD S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

BRVIAS HOLDING VRD S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
BRVias Holding VRD S.A.
Lins - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da BRVias Holding VRD S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da BRVias Holding VRD S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adições do ativo intangível

Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautada pela interpretação da norma contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlata ao IFRIC 12), a qual prevê a forma de tratamento contábil da obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente.

A mensuração do ativo de contrato de concessão e, conseqüentemente, do ativo intangível, é afetada por estimativas devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para determinação do ativo intangível envolvido e período de capitalização.

Dessa forma, identificamos a capitalização de gastos no ativo de contrato de concessão e no ativo intangível como área significativa e de risco para nossa auditoria e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativos de contrato de concessão e intangível, incluindo aqueles relacionados ao método percentual de conclusão de obras;
- Teste de adições do ativo intangível para análise da existência e avaliação da natureza dos gastos e a correta classificação;
- Avaliação da natureza dos gastos capitalizados e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis aplicáveis;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiram premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Adicionalmente realizamos, como parte de nossos procedimentos de auditoria, procedimentos de revisão do ambiente de controles internos da Companhia e sua controlada para mensuração, cálculo e registro da capitalização dos gastos com ativos de concessão.

Nossa revisão do desenho dos controles internos implementados pela administração da Companhia e sua controlada para mensuração, cálculo e registro de gastos com ativos de concessão forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado e reportado aos responsáveis pela governança a respeito da necessidade de ajustes.

Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 14 e 19 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada mantêm registrados, em 31 de dezembro de 2023, impostos diferidos - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 93% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia e sua controlada foi significativa para a nossa auditoria, devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, base das premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia e sua controlada para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nºs 14 e 19 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Provisão para manutenção

Conforme divulgado nas notas explicativas nºs 6.g e 18, as obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A mensuração da provisão de manutenção é afetada por estimativas devido às naturezas dos diversos dos gastos como parte da manutenção da infraestrutura da concessão.

Dessa forma, consideramos essa estimativa como área significativa e de risco para nossa auditoria e, portanto, um principal assunto de auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação dos critérios de estimativa e classificação dos gastos previstos na próxima intervenção na estrutura da concessão;
- Avaliação da natureza dos gastos estimados e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis aplicáveis;
- Desafio das premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiram premissas não consistentes e/ou que devessem ser revisadas; e
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Adicionalmente realizamos, como parte de nossos procedimentos de auditoria, procedimentos de revisão do ambiente de controles internos da Companhia e sua controlada para mensuração, cálculo e registro da provisão para manutenção.

Dessa forma, nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria planejados foram alterados na extensão e forma para obtermos evidências apropriadas e suficientes de auditoria. Nossa revisão do desenho dos controles internos implementados pela administração da Companhia e sua controlada para mensuração, cálculo e registro da provisão para manutenção forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria, tendo sido o assunto em questão por nós avaliado e reportado aos responsáveis pela governança a respeito da necessidade de melhoria.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2024.

BRVias Holding VRD S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

ATIVO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	38	123	1.553	1.781
Aplicações financeiras	9	-	-	60.692	41.301
Contas a receber	10	-	-	25.914	21.112
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	1.360	1.179
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	686	2.128
Partes relacionadas	11	-	-	957	1.210
Outros créditos	-	32	32	379	1.039
Total do ativo circulante		70	155	91.541	69.750
Ativo não circulante					
Partes relacionadas	11	112.946	108.174	6.290	6.290
Depósitos judiciais	-	-	-	1.471	1.471
Investimentos	12	312.926	295.705	-	-
Imobilizado	13	-	-	13.221	11.680
Intangível	14	-	-	1.393.760	1.345.155
Total do ativo não circulante		425.872	403.879	1.414.742	1.364.596
Total do ativo		425.942	404.034	1.506.283	1.434.346

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	31.047	37.787
Debêntures	16	-	26.487	81.501	73.569
Fornecedores	17	-	233	52.359	56.031
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	2.030	1.928
Passivo fiscal	-	-	24	9.755	3.131
Obrigações sociais	-	-	-	7.135	4.715
Partes relacionadas	11	1.820	1.459	150	1.140
Parcelamento de Impostos.	-	-	-	678	-
Outras contas a pagar	-	-	-	3.757	10.905
Dividendos a pagar	11	66	66	66	66
Provisão para manutenção	18	-	-	48.259	10.189
Total do passivo circulante		1.886	28.269	236.737	199.461
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos.	15	-	-	3.543	2.611
Debêntures.	16	288.329	227.344	1.058.743	992.357
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	-	-	61.317	67.525
Parcelamento de Impostos	-	-	-	1.237	-
Arrendamento por direito de uso	-	-	-	6.738	2.323
Provisão para manutenção.	18	-	-	-	19.467
Provisão para contingências	20	-	-	2.241	2.181
Total do passivo não circulante		288.329	227.344	1.133.819	1.086.464
Total do passivo		290.215	255.613	1.370.556	1.285.925
Patrimônio líquido					
Capital social	21	376.870	376.870	376.870	376.870
Reserva de capital	21	25.461	25.461	25.461	25.461
Prejuízos acumulados	21	(266.604)	(253.910)	(266.604)	(253.910)
Total do patrimônio líquido		135.727	148.421	135.727	148.421
Total do passivo e patrimônio líquido		425.942	404.034	1.506.283	1.434.346

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	22	-	-	380.487	355.564
Custo dos serviços prestados	23	-	-	(199.191)	(184.953)
Custo de construção	23	-	-	(67.620)	(91.239)
Lucro bruto		-	-	113.676	79.372
Despesas gerais e administrativas	23	(134)	(695)	(12.932)	(1.952)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(134)	(695)	100.744	77.420
Receita financeira	24	4.771	-	10.461	5.480
Despesa financeira	24	(34.552)	(22.613)	(115.476)	(115.000)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(29.781)	(22.613)	(105.015)	(109.520)
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial	-	17.221	(31.568)	-	-
Resultado antes dos impostos		(12.694)	(54.876)	(4.271)	(32.100)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(10.194)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	1.771	(22.776)
Prejuízo do exercício		(12.694)	(54.876)	(12.694)	(54.876)
Prejuízo básico e diluído por ação em Reais - R\$		(0,02837)	(0,12264)	(0,02837)	(0,12264)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(12.694)	(54.876)	(12.694)	(54.876)
Total de resultado abrangente do exercício	<u>(12.694)</u>	<u>(54.876)</u>	<u>(12.694)</u>	<u>(54.876)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital integralizar</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(199.034)	203.297
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(54.876)	(54.876)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(253.910)</u>	<u>148.421</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023	447.470	(70.600)	376.870	25.461	(253.910)	148.421
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(12.694)	(12.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>447.470</u>	<u>(70.600)</u>	<u>376.870</u>	<u>25.461</u>	<u>(266.604)</u>	<u>135.727</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRVias Holding VRD S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(12.694)	(54.876)	(12.694)	(54.876)
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	2.633	390
Amortização	-	-	54.398	42.992
Baixa do ativo imobilizado líquida	-	-	10.538	6.084
Provisão para manutenção	-	-	81.114	70.728
(Reversão) constituição de provisão para contingências	-	-	59	1.195
Resultado de equivalência patrimonial	(17.221)	31.568	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	34.613	24.624	131.340	128.251
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.771)	22.776
	4.698	1.316	265.617	217.540
Aumento e redução no ativo:				
Contas a receber	-	-	(4.802)	(4.549)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(181)	164
Outros créditos	-	-	1.856	(1.177)
Aumento (redução) no passivo:				
Fornecedores	13	204	(3.426)	(53.320)
Passivo fiscal corrente	(24)	22	2.187	303
Obrigações sociais	-	-	2.420	2.206
Contas a pagar	-	-	(5.233)	-
Realização de provisão para manutenção	-	-	(62.511)	(61.374)
Outros passivos	-	-	4.517	3.608
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures pagos	-	-	(53.647)	(52.332)
Fluxo de caixa aplicado e gerado pelas atividades operacionais	4.687	1.542	146.797	51.068
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	-	(258.261)	(273.270)
Resgate das aplicações	-	-	238.870	259.779
Aquisição de imobilizado	-	-	(14.712)	(7.162)
Adição do intangível	-	-	(103.003)	(123.981)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	-	-	(137.106)	(144.634)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas	(4.772)	(96.884)	(850)	446
Captações de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	95.465	36.400	130.698
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(45.469)	(36.642)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(4.772)	(1.419)	(9.919)	94.502
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(85)	123	(228)	936
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	123	-	1.781	845
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	38	123	1.553	1.781

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRVias Holding VRD S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 18 de dezembro de 2007, com sede localizada na Rua João Moreira da Silva, 509, sala A, Jardim Americano – cidade de Lins – SP. Seu objeto social é exclusivamente a participação na ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Controlada” ou “ViaRondon”).

A Companhia iniciou suas atividades em 10 de dezembro de 2010, onde todas as ações da ViaRondon que eram detidas pelas empresas Comporte Participações S.A. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A. foram aportadas na BRVias Holding VRD S.A., passando esta a ser a única acionista da ViaRondon, sendo contabilizado o montante de R\$ 111.899 de investimento em contrapartida do aumento de capital social na data da operação.

Os planos da Administração visam a recuperação dos resultados operacionais positivos ao longo dos próximos exercícios. Para isso, a Administração busca a contínua eficiência operacional e consequentemente a redução dos custos de operação e manutenção da rodovia. Adicionalmente, as projeções futuras de mercado indicam a melhoria do cenário econômico, que conjuntamente com a correção anual das tarifas, conforme previsto no contrato de concessão, e a retomada do crescimento econômico com impacto positivo no tráfego da rodovia, permitirão à Companhia aumentar suas receitas.

1.1. Relação de entidade controlada

Segue a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária %	
		31/12/2023	31/12/2022
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	Brasil	100%	100%

A sua controlada é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509, Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da sua controlada é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336,500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se nos km 667,630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objetivo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a sua controlada assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.000, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária; e
- Realização de investimentos na Rodovia.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 13** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 14** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 19** – Ativos e passivos fiscais diferidos;
- **Nota Explicativa nº 18** – Provisão para manutenção;
- **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingência.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa:

- Nota Explicativa nº 25 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e sua controlada quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia e sua controlada, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- (i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia e sua controlada reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro.

Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia e sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Não aplicável para a Companhia e sua controlada.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

O contrato de concessão da Controlada é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Conseqüentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de *impairment*, a Controlada revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2023, a Controlada efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia e sua controlada esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

b) Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

c) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

A Companhia e sua controlada consideram como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	4 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

d) Ativos intangíveis

A Controlada possui os seguintes ativos intangíveis:

(i) Contratos de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

(ii) Direito de outorga

O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica “direito de outorga”, no ativo intangível (Nota Explicativa nº 14). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas.

O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão.

(iii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(iv) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

(v) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares	5 anos
-----------	--------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros – não derivativos

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são:

- (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia e sua controlada.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia e sua controlada determinam o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisão de manutenção – contratos de construção

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A Companhia e sua controlada definiram que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

h) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção.

i) Receita operacional

(i) Receita de pedágio

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Controlada e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Controlada presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(ii) Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária Controlada deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Controlada em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria, é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Controlada estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Controlada espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

l) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia e sua controlada pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

m) Informações por segmento

A principal receita da atividade da Companhia e sua controlada vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia e sua controlada explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia e sua controlada como um todo, ou seja, a Companhia e sua controlada estão organizadas em um único segmento de negócio.

7. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do NBC TG 26/R5 (IAS 1), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem os seguintes pontos:

- a) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- b) O direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- c) Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e
- d) Somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

O IASB emitiu alterações na divulgação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

A Companhia irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	38	123	1.441	1.669
Fundo de troco / numerários em trânsito	-	-	112	112
Total	38	123	1.553	1.781

A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

9. Aplicações financeiras – Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Reserva (i)	6.804	26.648
Garantia (i)	27.284	11.860
Livre (ii)	26.604	2.793
Total	60.692	41.301

(i) **Reserva e Garantia:** Aplicação destinada para pagamento do projeto, movimentada pelo Banco depositário.

(ii) **Livre:** Disponível para liquidez em qualquer momento, movimentada pela Companhia.

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 25.

10. Contas a receber – Consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico	21.080	15.077
Visa - vale-pedágio	223	85
PROTEGE SA PROTECAO E TRANSPORTE	1.260	1.161
DBTrans S/A	117	161
Outros	3.234	4.628
Total	25.914	21.112
Idade de vencimento dos títulos	31/12/2023	31/12/2022
Créditos a vencer até 30 dias	23.913	17.156
Créditos a vencer até 60 dias	406	1.280
Créditos a vencer até 90 dias	1.595	2.676
Total	25.914	21.112

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas

A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Diretores estatutários	47	33

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia e sua controlada.

A Companhia e sua controlada submetem todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com as práticas de mercado em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e sua controlada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Contas patrimoniais

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante	-	-	957	1.210
BRVias Ltda.	(ii)	-	957	1.210
Ativo Não Circulante	112.946	108.174	6.290	6.290
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.	(v)	106.656	101.884	-
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônicas S.A.	-	6.290 (*)	6.290	6.290
Total do Ativo	112.946	108.174	7.247	7.500
Passivo Circulante	-	-	(150)	(1.140)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	(150)	(1.140)
Dividendos a pagar				
Fundo de Investimento em Participações Volluto	(iv)	(33)	(33)	(33)
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	(iv)	(33)	(33)	(33)
Total	(66)	(66)	(66)	(66)
Outros créditos contas a pagar				
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (i)		(1.820)	(1.459)	-
Total		(1.820)	(1.459)	-

(*) Em dezembro de 2018, a Companhia fez uma cessão de crédito, transferindo todos os direitos de crédito advindos de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL, referente as empresas acima citadas para utilizar na compensação do saldo do débito do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT);

Transações que afetaram o resultado:

	Nota	Valor da transação no resultado			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Serviços prestados					
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	-	-	(2.293)	(5.950)
BRVias Ltda.		-	-	(386)	(584)
Outros	(iv)	-	-	(54)	(43)
Total		-	-	(2.733)	(6.577)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônico de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Saldos de dividendos a pagar; e
- (v) Transação na modalidade de mútuo entre partes relacionadas.

12. Investimentos – Controladora

A sua controlada registrou lucro de R\$ 17.221 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (prejuízo de R\$ 31.568 em 2022). A controlada está registrada na CVM, mas não tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

A tabela a seguir apresenta um sumário das informações financeiras em empresa controlada.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

	Participação	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Prejuízo / Lucro
31 de dezembro de 2023	100%	93.291	1.408.452	1.501.743	236.671	952.146	1.188.817	312.926	386.177	368.956	17.221
31 de dezembro de 2022	100%	71.056	1.358.306	1.429.362	172.652	961.005	1.133.657	295.705	361.044	392.612	(31.568)

13. Imobilizado – Consolidado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	5.616	10.587	2.873	5.899	24.975
Adições	189	588	1.000	5.385	7.162
Baixas	(2)	(65)	(323)	(5.694)	(6.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.803	11.110	3.550	5.590	26.053
Adições	171	1.402	291	12.848	14.712
Baixas	(1)	(87)	(18)	(10.432)	(10.538)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.973	12.425	3.823	8.006	30.227
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)
Depreciação no exercício	(278)	(1.048)	(190)	1.126	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(4.829)	(6.426)	(1.979)	(1.139)	(14.373)
Depreciação no exercício	(292)	(1.087)	(229)	(1.025)	(2.633)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(5.121)	(7.513)	(2.208)	(2.164)	(17.006)
Valor líquido contábil					
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.065	5.209	1.084	3.634	10.992
Saldo em 31 de dezembro de 2022	974	4.684	1.571	4.451	11.680
Saldo em 31 de dezembro de 2023	852	4.912	1.615	5.842	13.221

14. Intangível – Consolidado

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	48.159	521.312	8.166	413.597	536.738	3.485	3.817	1.535.274
Aquisições e construções	390	236.693	-	-	(117.388)	-	4.284	123.979
Saldo em 31 de dezembro de 2022	48.549	758.005	8.166	413.597	419.350	3.485	8.101	1.659.253
Aquisições e construções	52	61.841	-	-	33.634	-	7.476	103.003
Saldo em 31 de dezembro de 2023	48.601	819.846	8.166	413.597	452.984	3.485	15.577	1.762.256
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(15.393)	(91.874)	(3.203)	(119.989)	(35.763)	(1.744)	(3.141)	(271.107)
Amortização do período	(2.236)	(15.517)	(469)	(18.065)	(5.940)	(251)	(513)	(42.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(17.629)	(107.391)	(3.672)	(138.054)	(41.703)	(1.995)	(3.654)	(314.098)
Amortização do período	(2.830)	(19.634)	(594)	(22.857)	(7.516)	(318)	(649)	(54.398)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(20.459)	(127.025)	(4.266)	(160.911)	(49.219)	(2.313)	(4.303)	(368.496)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2022	30.920	650.614	4.494	275.543	377.647	1.490	4.447	1.345.155
Saldo em 31 de dezembro de 2023	28.142	692.821	3.900	252.686	403.765	1.172	11.274	1.393.760

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a sua controlada registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstramos a seguir:

	2009
Valor da outorga	411.000
Ajuste a valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da sua controlada são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível, exceto veículos da operação, é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o Direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado na tabela acima.

15. Empréstimos e financiamentos – Consolidado

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
CCB (ii)	4,50% a 7,49%	CDI	2023	28.724	35.024
Leasing (i)	4,40% a 6,30%	CDI	2024 - 2027	5.866	5.374
Total				34.590	40.398
<hr/>					
Circulante				31.047	37.787
Não circulante				3.543	2.611

- (i) Empréstimo obtido junto ao Banco Santander, Banco DDL e Banco Mercedes, na modalidade Leasing para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens; e
- (ii) Empréstimo obtido junto ao Banco Pine, Santander, Quatá e Riza, na modalidade de cédulas de crédito bancário (CCB) para finalidade de fluxo de caixa.

Composição por vencimento:

Vencimento em	31/12/2023
2024	31.047
Acima 2025	3.543
Total	34.590
<hr/>	
Vencimento em	31/12/2022
2023	37.351
Acima 2024	3.047
Total	40.398

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais	40.398	35.405
<hr/>		
Variação do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(43.272)	(34.535)
Pagamentos de juros	(6.101)	(6.454)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(49.373)	(40.989)
<hr/>		
Outras variações		
Novas captações	36.400	35.233
Despesas de juros	7.165	10.749
Total de outras variações	43.565	45.982
<hr/>		
Saldos finais	34.590	40.398

16. Debêntures

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais das debêntures com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada a riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 25.

Data da liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% ao ano)	Controladora		Consolidado	
					31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
31/08/2018	Única	110.000	15/10/2026	103% CDI	150.482	132.662	150.482	132.662
15/07/2019	Única	16.600	15/10/2026	103% CDI	23.431	20.655	23.431	20.655
17/01/2022	Única	100.000	15/10/2026	103% CDI	24.629	21.709	24.629	21.709
28/02/2020	Única	700.000	15/12/2034	5,55% + IPCA	-	-	851.915	812.096
18/07/2022	Única	75.000	15/04/2026	9,00% + IPCA	89.787	78.805	89.787	78.804
Total					288.329	253.831	1.140.244	1.065.926
Circulante					-	26.487	81.501	73.569
Debêntures					-	26.487	83.985	76.053
(-) Comissão					-	-	(2.484)	(2.484)
Não circulante					288.329	227.344	1.058.743	992.357
Debêntures					288.329	227.344	1.083.144	1.019.241
(-) Comissão					-	-	(24.401)	(26.884)
Composição por vencimento:							31/12/2023	31/12/2022
2023						49.743	47.083	
2024						82.825	87.863	
2025						62.738	69.319	
2026						106.681	376.574	
2027 a 2034						838.257	485.087	
Total						1.140.244	1.065.926	
Movimentação das debêntures:								
Controladora							31/12/2023	31/12/2022
Saldos iniciais							253.831	133.742
Varição do fluxo de caixa de financiamento								
Pagamentos de principal							-	-
Pagamentos de juros							-	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento							-	-
Novas Captações							-	95.465
Despesas de juros							34.498	24.624
Total de outras variações							34.498	120.089
Saldos finais							288.329	253.831
Consolidado								
Saldos iniciais							1.065.926	900.945
Varição do fluxo de caixa de financiamento								
Pagamentos de financiamentos							(2.197)	(2.107)
Pagamentos de juros							(47.546)	(45.878)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento							(49.743)	(47.985)
Novas Captações							-	95.465
Despesas de juros							124.061	117.502
Total de outras variações							124.061	212.967
Saldos finais							1.140.244	1.065.926

(i) Controladora

Em 31 de agosto de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 110.000 (cento e dez milhões de reais). Foram emitidas 110.000 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 2ª (segunda) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022.

Em 17 de julho de 2019, a Companhia realizou a terceira emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 16.600 (dezesesseis milhões e seiscentos mil reais). Foram emitidas 16.600 debêntures com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 31 de agosto de 2021. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 09 de agosto de 2021 foi emitido o primeiro aditamento a escritura particular da 3ª (terceira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da BRVias Holding VRD S.A., com o objetivo de alongar o prazo de vencimento das debêntures, sendo a nova data acordada para 31 de agosto de 2022.

Em 17 de janeiro de 2022, a Companhia realizou a quarta emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com o valor nominal unitário de R\$1.000 (hum mil reais), com vencimento em 17 de janeiro de 2023. As debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 103% da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósito Interfinanceiro (DI) de um dia.

Em 30 de junho de 2022, haviam sido subscritas o valor total de 36.000 debêntures e a 2ª e 3ª Emissão de Debêntures com vencimento de pagamento de juros e principal em 31 de agosto de 2022, foram aditadas com postergação do vencimento para 31 de agosto de 2025.

Em 18 de julho de 2022, a Companhia realizou a quinta emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real, no valor total de R\$ 75.000 (setenta e cinco milhões de reais).

Foram emitidas 75.000 (setenta e cinco mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de outubro de 2026 e último vencimento em 15 de abril de 2036. As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 9% a.a.

(ii) Controlada

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de setembro de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Contratação, pela Emissora com quaisquer terceiros, incluindo com partes relacionadas, de empréstimos, mútuos, financiamentos, adiantamentos de recursos, hedge, leasing e financiamento de máquinas, equipamentos e veículos ou qualquer outra forma de operação de crédito, operação financeira e/ou operação de mercado de capitais, local ou internacional, inclusive mediante prestação de garantia fidejussória e/ou real e concessão de preferência a outros créditos, exceto com relação a operações que, cumulativamente, atendam as seguintes características: **(a)** tenham prazo de vencimento de até 1 (um) ano; **(b)** não contenham quaisquer garantias prestadas pela Emissora; **(c)** os recursos captados sejam aplicados no Projeto; e **(d)** sejam limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado pela variação do IPCA no período. Excetuam-se os **(1)** mútuos subordinados celebrados entre a Emissora e a Acionista, nos quais a Emissora figure como mutuária; **(2)** operações de leasing para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos limitados a um saldo em aberto individual ou agregado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações financeiras para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 33. para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 2.484. O montante a apropriar no resultado futuro em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 24.401.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos	-	233	25.877	21.268
Fornecedores - risco sacado (ii)	-	-	20.169	23.342
Medições a pagar	-	-	319	-
Retenções (i)	-	-	5.994	11.421
Total	-	233	52.359	56.031

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.
- (ii) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de "fornecedores – risco sacado", porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

Composição por vencimento do total de "Fornecedores diversos" e "Fornecedores – risco sacado":

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer		
Até 30 dias	22.380	38.669
De 31 a 360 dias	20.498	2.969
Total	42.878	41.638
Vencidas		
Até 30 dias	1.946	1.264
De 31 a 360 dias	1.222	2.140
Total	3.168	3.404
Total	46.046	45.042

18. Provisão para manutenção – Contrato de concessão (Consolidado)

A sua controlada constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A sua controlada definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada.

Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	48.259	10.189
Passivo não circulante	-	19.467
Total	48.259	29.656

Movimentação da provisão para manutenção:

Em 1º de janeiro de 2022	20.302
Realização por consumo	(70.827)
Adições	80.181
Em 31 de dezembro de 2022	29.656
Realização por consumo	(62.511)
Adições	81.114
Em 31 de dezembro de 2023	48.259

19. Ativos e passivos fiscais diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A sua controlada em 31 de dezembro de 2023 e 2022, reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referente à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	25.123	18.138
Provisão para manutenção	16.408	12.023
Outras provisões temporárias	1.381	1.252
Total	42.912	31.413
Passivo		
Custos dos empréstimos	(16.089)	(69.835)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(88.140)	(29.103)
Total	(104.229)	(98.938)
Total	(61.317)	(67.525)

	31/12/2023	31/12/2022	01/12/2022	Movimentação no resultado de 2023	Movimentação no resultado de 2022
Ativo					
Prejuízo fiscal e base negativa	25.123	18.138	38.138	6.985	(20.000)
Provisão para manutenção	16.408	12.023	6.903	4.385	5.120
Outras provisões temporárias	1.381	1.252	380	129	872
Total	42.912	31.413	45.421	11.499	(14.008)
Passivo					
Custos dos empréstimos	(16.089)	(69.835)	(62.012)	53.746	(7.823)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1) / IFRIC 12	(88.140)	(29.103)	(28.159)	(59.037)	(945)
Total	(104.229)	(98.938)	(90.171)	(5.291)	(8.768)
Outras	-	-	-	(4.437)	-
Total	(61.317)	(67.525)	(44.750)	1.771	(22.776)

a) Créditos tributários

Companhia

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	183.391	153.476

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não foram contabilizados devido à falta de premissas convincentes para cálculo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia considera evidência convincente o primeiro exercício social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Controlada

Em 31 de dezembro de 2023, a sua controlada possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	237.189	273.915

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2028, como demonstrado a seguir:

2024	13.197
2025	46.726
2026	56.126
2027	66.860
2028	54.280
Total	237.189

c) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

Controladora – Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(12.694)	(54.876)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Crédito de impostos a alíquota nominal	4.315	18.657
Equivalência patrimonial	17.221	(31.568)
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-
Total	0%	0%
Consolidado – Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(4.271)	(32.100)
Alíquota nominal	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	1.452	10.914
(-) Adições permanentes	(1.641)	(22.776)
(+) Exclusão permanente	-	-
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.194)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.771	(22.776)
Total	13%	66%

20. Provisão para contingências – Consolidado

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2023, está provisionado o montante de R\$ 2.241 (R\$ 2.182 em 31 de dezembro de 2022), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação:

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.338	844	2.181
Provisão	2.191	490	2.681
Reversão de provisão	(2.277)	(345)	(2.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.252	989	2.241

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 15.670 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 13.948 em 31 de dezembro de 2022).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 47.500 (Nota Explicativa nº 26) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	83	13.458	84	10.981
Trabalhistas	41	2.212	43	2.967
Total	124	15.670	127	13.948

21. Patrimônio líquido

A composição acionária em 31 de dezembro de 2023, é apresentada a seguir:

Descrição		%
Fundo de Investimento em Participações Volluto	223.846.668	50,03
Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica S.A.	223.622.868	49,97
Total	447.469.536	100,00

Reserva de capital

Constituída no ganho de capital na controlada, decorrente da aplicação dos novos Pronunciamentos Contábeis (CPCs) em 2010.

Dividendos

A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei das S.A., quer quantitativamente, quer quanto a periodicidade de sua distribuição sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das S.A.

22. Receita operacional líquida – Consolidado

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de pedágios	331.485	272.859
Receitas acessórias	10.186	16.782
Receita de construção	67.620	91.239
Outras receitas	677	-
Tributos incidentes	(29.481)	(25.316)
Total	380.487	355.564

23. Gastos por natureza

A seguir, a composição das despesas por natureza:

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(134)	(486)
Outros	-	(209)
Total	(134)	(695)

Despesas gerais e administrativas (i)	(134)	(695)
--	--------------	--------------

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(17.506)	(17.447)
Com pessoal	(26.571)	(26.567)
Amortização e depreciação	(59.620)	(43.382)
Constituição de provisão para manutenção	(81.114)	(80.238)
Custo de construção	(67.620)	(91.239)
Custo de contrato concessão	(20.459)	(16.009)
Outros	(6.853)	(3.262)
Total	(279.743)	(278.144)
Custo dos serviços prestados	(199.325)	(184.953)
Despesas administrativas e gerais (i)	(12.798)	(1.952)
Custo de construção	(67.620)	(91.239)

(i) As despesas administrativas são compostas somente com despesas com pessoal.

24. Resultado financeiro, líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

Controladora	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(34.552)	(22.613)
Total das despesas financeiras	(34.552)	(22.613)
Resultado financeiro líquido	(34.552)	(22.613)

Consolidado	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	5.690	5.480
Total das receitas financeiras	5.690	5.480
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(105.717)	(108.394)
Outras despesas financeiras	(9.759)	(6.606)
Total das despesas financeiras	(115.476)	(115.000)
Resultado financeiro líquido	(109.786)	(109.520)

25. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Controladora	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	38	123
Outros créditos	-	32	32
Passivos			
Debêntures	16	288.329	253.831
Fornecedores	17	-	233

Consolidado	Notas	Custo amortizado	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.553	1.781
Aplicação financeira	9	60.692	41.301
Contas a receber de clientes	10	25.914	21.112
Outros créditos	-	379	1.041
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	15	34.590	40.398
Debêntures	16	1.140.244	1.065.926
Fornecedores	17	52.359	56.031

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia e sua controlada apresentam exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e sua controlada.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia e sua controlada adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia e sua controlada, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento as necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia e sua controlada é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida – Consolidado

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados:

Consolidado

Em 31/12/2023	Contábil	Fluxo contratual	2024	2025	Acima de 2026
Empréstimos e financiamentos	34.590	34.590	31.047	3.543	-
Debêntures	1.140.244	1.773.994	82.825	62.738	1.628.431
Fornecedores e contas a pagar	56.116	56.116	56.116	-	-
Dividendos pagar	66	66	66	-	-
Total	1.231.016	1.864.766	170.054	66.281	1.628.431

Em 31/12/2022	Contábil	Fluxo contratual	2023	Acima de 2024
Empréstimos e financiamentos	40.398	40.398	37.754	2.644
Debêntures	1.065.926	2.225.983	50.515	2.175.468
Fornecedores e contas a pagar	66.936	66.936	66.936	-
Dividendos pagar	66	66	66	-
Total	1.173.326	2.333.383	155.271	2.178.112

(*) O cronograma da dívida foi divulgado levando em consideração a não quebra de *covenants* conforme Notas Explicativas nºs 15 e 16.

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia e sua controlada não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2023 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia e sua controlada não tem ações negociadas em mercado.

Riscos de taxas de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia e sua controlada eram:

		Valor contábil	
		31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Empréstimos e financiamentos		34.590	40.398

		Valor contábil	
Risco		31/12/2023	31/12/2022
Instrumentos de taxa variável			
Debêntures controlada	IPCA	851.915	812.096
Debêntures controladora	CDI	288.329	253.831

O objetivo da Companhia e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e sua controlada e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do CDI, IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia e sua controlada.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia e sua controlada selecionaram os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do CDI, IPCA.

(v) Seleção dos cenários

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e sua controlada apresentam na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia e sua controlada.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa de juros IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas no Banco Central (Bacen) – Relatório Focus, Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), em 31 de dezembro de 2023.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA e CDI é apresentada na tabela abaixo:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures controlada	877.639	Aumento IPCA	4,68%	(2.851)	5,85%	(3.564)	7,02%	(4.277)
Debêntures controladora	288.329	Aumento IPCA	4,68%	(57.675)	5,85%	(72.093)	7,02%	(86.512)
Empréstimos e Financiamentos	28.724	Aumento CDI	11,65%	(332)	14,56%	(415)	17,48%	(498)
Total dos passivos financeiros	1.194.692			(60.858)		(76.072)		(91.287)
Impacto no resultado do exercício apresentado				(60.858)		(76.072)		(91.287)

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures	877.639	Redução IPCA	4,68%	2.851	3,51%	2.138	2,34%	1.426
Debêntures controladora	288.329	Redução IPCA	4,68%	57.675	3,51%	43.256	2,34%	28.837
Empréstimos e Financiamentos	28.724	Redução CDI	11,65%	332	8,74%	249	5,83%	166
Total dos passivos financeiros	1.194.692			60.858		45.643		30.429
Impacto no resultado do exercício apresentado				60.858		45.643		30.429

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures controlada	841.464	Aumento IPCA	5,79%	(47.377)	7,23%	(59.221)	8,68%	(71.065)
Debêntures controladora	253.830	Aumento IPCA	5,79%	(3.804)	7,23%	(4.756)	8,68%	(5.707)
Empréstimos e Financiamentos	35.874	Aumento CDI	13,65%	(2.157)	17,06%	(2.696)	20,48%	(3.236)
Total dos passivos financeiros	1.131.168			(53.338)		(66.673)		(80.008)
Impacto no resultado do exercício apresentado				(53.338)		(66.673)		(80.008)

Instrumentos	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			Valor		Valor		Valor	
Debêntures controlada	841.464	Redução IPCA	5,79%	47.377	4,34%	35.533	2,89%	23.688
Debêntures controladora	253.830	Redução IPCA	5,79%	3.804	4,34%	2.853	2,89%	1.902
Empréstimos e Financiamentos	35.874	Redução CDI	13,65%	2.157	10,24%	1.618	6,83%	1.079
Total dos passivos financeiros	1.131.168			53.338		40.004		26.669
Impacto no resultado do exercício apresentado				53.338		40.004		26.669

A Companhia e sua controlada não apresentam quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023.

(vii) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ARTESP - Agência de Transportes do Estado de São Paulo). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico – financeiro.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia e sua controlada somente realizam operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia e sua controlada administram a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e sua controlada podem ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

26. Cobertura de seguros – Consolidado

A sua controlada adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da sua controlada, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2023 a maio/2024	73.760
Garantia ampliação	Maio/2023 a maio/2024	85.970
Operacionais	Maio/2023 a maio/2024	2.282.055
Responsabilidade civil	Maio/2023 a maio/2024	47.500

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de Responsabilidade Civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

27. Benefícios aos empregados – Consolidado

A Companhia e sua controlada mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da sua controlada conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

28. Aspectos ambientais – Consolidado

A sua controlada considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A sua controlada diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A sua controlada acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas aos assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

29. Risco regulatório – Consolidado

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto a eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 26.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita às fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível a questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias. Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar suas informações financeiras.

30. Compromissos vinculados a contrato de concessão – Consolidado

Decorrente da verba de fiscalização

A sua controlada assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Concessionária.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Controlada assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. A Controlada tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

Em decorrência principalmente da desaceleração do crescimento da economia brasileira, houve uma postergação no plano de investimentos inicialmente acordados junto ao poder concedente, de qualquer forma a Administração da Controlada acredita que os prazos finais dos investimentos acordados junto ao poder concedente, serão atendidos.

31. Demonstrações dos fluxos de caixa – Consolidado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o exercício findo 31 de dezembro de 2023 não ocorreu itens não caixa os quais fossem requeridas divulgações adicionais.

* * *

Diretoria

Maria Zélia Rodrigues de Souza França – Diretora
Ricardo de Souza Adenes – Diretor

Conselheiros

Antônio Roberto Beldi
Paulo Sergio Coelho
João Paulo Barros Beldi
Ricardo Constantino

Contador

Durval Maia
CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8